

# RAZÃO E PAIXÃO NA POLÍTICA

## *Reason and passion in the politics*

Vinícius Liebel\*

SEIXAS, J.; BRESCIANI, M.; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e Paixão na Política*. Brasília: UnB, 2002. 287 p.

As paixões na política, bem como a racionalidade política, são e sempre serão objeto de profunda atenção por parte dos historiadores. Da adoração, por parte dos romanos, do imperador Otávio, tomado-o como *Augustus*, até a mesma natureza divina que parte dos alemães atribuía a Hitler; do racionalismo de Maquiavel nas cortes florentinas ao intrincado jogo diplomático que Bismarck promoveu na Europa do século XIX, estes são temas que instigam os historiadores e promovem, seja qual for o objeto, variados debates.

O livro aqui resenhado é um exemplo dessa realidade. Tendo como recorte temporal a contemporaneidade, incluindo aqui o Iluminismo e a Revolução Francesa, a obra é dividida em três partes. Na primeira, denominada “Razão e sentimentos na política”, encontramos trabalhos que versam sobre a euforia e a ansiedade causadas pela paixão que as ideologias podem florescer. Destacam-se aqui os textos de Michèle Ansart-Dourlen (“Rousseau e a Ideologia Jacobina – racionalismo e foro íntimo”), e de Maria Stella Bresciani (“O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos – Germaine de Staël e as ficções literárias”).

No diálogo dessas autoras com os dois intelectuais franceses, encontramos reflexões acerca do político e de suas extensões e ramificações racionais e sentimentais. Em Rousseau, a discussão “incide sobre a extensão possível do racionalismo em política, sobre a afirmação de que a finalidade do político seria reencontrar uma ordem social natural e racional” (15). Essa ordem deveria ser gerenciada pelos mais aptos a fim de que as paixões próprias do indivíduo fossem direcionadas para a Pátria, num fomento ao nacionalismo, e sentimentos de raiva e agressividade, convertidos em bravura e coragem na luta pela soberania nacional e pela liberdade. O legislador ou o líder, desta forma, levaria a população à crença no Estado, numa religião cívica, não buscando, portanto, uma convicção racional da ordem por parte do povo.

\* Mestrando em História - UFPR/Bolsista CNPq

Na análise de Germaine de Staël, Bresciani encontra a crença convicta do intelectual no foro íntimo, “uma espécie de tribunal interno e secreto no qual a consciência atuaria como juiz.” (31). Ao contrário de Rousseau, que prega a paixão como elemento fundamental na concepção do povo, Staël focaliza na razão seu alicerce. Desta forma, aponta como função dos intelectuais analisar os meios e métodos políticos e transmitir à população a “verdade”, utilizando-se, como meio principal, dos romances, que teriam o poder de aliar o discurso racional e o apaixonado no imaginário do leitor. A dicotomia das duas leituras reside, portanto, na característica primordial que cada um incute à população: em Rousseau, o povo deve ser gerenciado pelos “mais aptos”, sendo a paixão a essência de sua “identidade” e, portanto, o alvo desse direcionamento; já Staël vê na capacidade do indivíduo de internalizar concepções racionais e sobrepor-las à paixão a base para o gerenciamento da nação, ou seja, por meio da influência racional.

Na esteira do artigo de Bresciani, Michael Löwy (“Sentimento romântico e identidade republicana – a insurreição parisiense de julho de 1832”), focando a obra “Os Miseráveis”, de Victor Hugo, mostra a importância acentuada que a literatura adquire naquele contexto, não apenas na racionalização popular, mas também na análise e documentação histórica. Essa primeira parte do livro termina com o artigo de Jacy Alves de Seixas, “Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica”, que acaba corroborando e aprofundando algumas idéias expostas por Löwy. A autora traz, entretanto, em suas considerações sobre a memória e sua relação com o ofício de historiador, debates já desgastados no meio historiográfico, mas que ganham em erudição ao contrapor discursos de Bergson, Proust e Nietzsche sobre a memória, brindando o leitor com uma viagem filosófica nos escritos desses autores.

A segunda parte do livro versa sobre as “figurações da identidade nacional”, e traz como “carro-chefe” o artigo da historiadora Claudine Haroche (“O que é o povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX”). Nele, a autora busca fazer uma análise do sentimento nacional francês oitocentista, em especial no pós-guerra franco-prussiana, e tendo como alvo as regiões da Alsácia e Lorena, que vivenciam, num curto espaço de tempo, duas noções diferentes de nacionalidade: a francesa e a alemã. Num período de pouco mais de setenta anos, a região foi transferida de mãos francesas para alemãs, e vice-versa, por quatro vezes, e as explicações que ambos os países davam para a assimilação da população desse território fronteiriço demonstram a natureza do sentimento nacionalista que cada uma das duas potências detinha na época: enquanto os alemães baseiam seu nacionalismo na raça (sangue) e

na língua alemã, os franceses, ainda sob os efeitos do Iluminismo e da Revolução de 1789, baseavam-no na união que o sentimento de “ser francês” acarreta, na necessidade emocional que o indivíduo tem de compartilhar com os cidadãos e o governo francês idéias e ideologias de crença mútua.

A origem e a natureza dessas idéias podem ser encontradas no artigo seguinte, assinado por Yves Déloye (“A nação entre identidades e alteridades: fragmentos da identidade nacional”). O autor, após breve análise semântica acerca da concepção de identidade nacional, busca, com base em escritos franceses do final do século XIX, na tradição iluminista e católica da França as respostas para a natureza da identidade francesa. Sua conclusão é de que ela tem um intrincado fundo social, alicerçado na solidariedade entre os semelhantes e na fraternidade, fazendo com que a disposição do indivíduo de aderir à Nação seja o elemento essencial da identidade nacional. “A religião, a língua, a pertinência étnica não são mais tomados como os fatores decisivos da construção nacional” (103). As idéias e debates propostos por esses dois autores se mostram bastante pertinentes, considerando-se o momento atual da política européia, quando a Europa se encontra em processo de elaboração de uma Constituição única. No caminho para uma unificação ainda mais concreta, faz-se necessária a discussão em torno da “identidade européia”.

A identidade brasileira é o tema central dos quatro artigos que fecham esse segmento do livro. O artigo de Iara Lis Carvalho Souza (“Sobre o tipo popular – imagem do(s) brasileiro(s) na virada do século”) se destaca, apesar de contemplar outro tema já bastante desgastado no meio acadêmico: o tipo brasileiro do início do século XX incorporado pelo Jeca Tatu de Monteiro Lobato. A figura do caipira fracassado e preguiçoso foi acompanhada de vários outros exemplares da tipologia nacional, dentre os quais podemos citar Macunaíma, na literatura, Juca Pato, personagem de Belmonte, e até mesmo Chico Fumaça, calunga criado por Alceu Chichorro na Curitiba da década de 20. A autora demonstra como se deu a construção dessa “identidade nacional”, apesar da oposição das elites do país, que buscavam formar um brasileiro honesto, trabalhador e urbano, mas que acabavam sempre por se deparar com o Jeca Tatu de Lobato.

Consta ainda da segunda parte do livro o artigo de Márcia Regina Naxara (“Natureza e Identidade: três narrativas e a natureza brasílica”), no qual a autora analisa os discursos de Luiz e Elizabeth Cary Agassiz, Richard Burton e Joaquim de Almeida Leite Moraes, viajantes que colaboraram na criação de uma imagem nacional a partir dos relatos de seus pérriplos. A originalidade de Naxara se encontra justamente nas fontes, que indicam olhares diferentes

daqueles dos viajantes usualmente utilizados na historiografia brasileira. Os artigos de Márcia d'Alessio (“Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas”) e Vera Regina Beltrão Marques (“Raça e noção de identidade nacional. O discurso médico-eugenista nos anos 1920”) se entrelaçam, na medida em que um identifica o mecanismo de centralização do governo na era Vargas – e nesse mecanismo encontramos, como peça fundamental da engrenagem, a homogeneização identitária nacional, em detrimento dos regionalismos – e o outro demonstra de que forma o discurso eugenista colocava a inferiorização do mestiço brasileiro e justificava, desta forma, o domínio das elites brancas – fato que continuaria a se prolongar na Era Vargas – ao mesmo tempo em que criava uma condição de identificação para a maioria da população.

A terceira e última parte do livro, caracterizada pelo tema “identidades e alteridades”, tem como destaque os trabalhos de Pierre Ansart (“Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal?”) e de Marionilde Brepolh de Magalhães (“Sentimento e perda de Identidade: o pequeno burguês nazificado”). O primeiro busca analisar em seu texto como eram construídas as identidades de ofício ou de “classes trabalhistas” no momento histórico que abrange as revoluções de 1830 e 1848. Segundo o autor, a própria concepção de povo que os operários detinham abrangia apenas os próprios operários, fazendo dessa classe a única e verdadeira identidade universal, comum a todos os Estados.

Em caminho semelhante, a historiadora Brepolh de Magalhães analisa a formação de uma comunidade germânica nazificada universal, guiando-se pela adoração ao líder carismático, pela perda da identidade e a formação de uma consciência nacional-socialista. O texto busca mostrar como a inserção na “comunidade carismática”, ou seja, na sociedade alemã, não era fator preponderante e necessário para “nazificação” do alemão ou do simpatizante; para tanto, a pesquisadora toma como base de análise a comunidade teuto-brasileira. Sua pesquisa demonstrou que, filiando-se às associações germânicas, os colonos aqui residentes ficavam à mercê do Partido e de sua propaganda, sendo inclusive o registro no NSDAP uma pré-condição para a garantia dos direitos desses cidadãos pela atuação do Consulado Alemão. Isso fazia com que os teuto-brasileiros, mesmo não estando em contato direto com a sociedade alemã nazificada, ajustassem-se a ela, homogeneizando, de certa forma, uma identidade nazista, que era evocada pela figura do *Führer*.

O texto seguinte, de autoria de Liane Maria Bertucci (“O futuro ameaçado: a preocupação com a descendência nos jornais operários – São Paulo, início do século XX”), traz a descrição do crescimento da cidade de São

Paulo e do contingente de operários na futura metrópole, o que resultou no surgimento de sindicatos e publicações operárias. Tomando estas últimas como fonte, a autora destaca seu caráter conscientizador e observa um tema nelas abordado em especial: a preocupação com os filhos e os descendentes dos operários, visando à formação de um trabalhador consciente e capaz de manter vivo o orgulho operário, preservando assim uma identidade de classe.

Já Elisabeth Cancelli (“Brasil e Estados Unidos: razões da exclusão no início do século XX”) disserta sobre as semelhanças entre os sistemas brasileiro e americano de policiamento no período referido e sua política de inclusão de imigrantes no território, analisando as idéias que direcionavam as decisões de aceitação ou não do indivíduo, como o anticomunismo e a eugenia. A idéia central passada às alfândegas era de que os imigrantes não deveriam colocar em risco a ordem nacional (vetando, portanto, os adeptos de ideologias de esquerda) e deviam contribuir, com sua linhagem, para o engrandecimento do Estado (devendo ser, preferencialmente, brancos e trabalhadores).

Apesar de propor um tema interessante, a representação literária e médica da lepra e da Aids na cultura anglo-saxônica e suas contribuições para a formação de um imaginário sobre estas enfermidades, a escolha do texto de Ítalo Tronca (“História como alegoria: Lepra e Aids: a transfiguração do medo”) para o fecho deste livro não se mostra feliz. A erudição do autor é desperdiçada em um texto que tem pouca relação com seus predecessores e que não condiz com o tema central que o título da obra evoca. Apesar desse deslize, o livro consegue, de forma competente, lançar luzes sobre o debate histórico-sociológico acerca do poder e sua relação com o indivíduo.